

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) NO PARANÁ (1965-1979)

The Brazilian Democratic Movement in Paraná (1965-1979)

Alessandro Batistella¹

RESUMO:

Em outubro de 1965, por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura militar extinguiu os partidos políticos e o sistema pluripartidário em vigência no país desde 1945, criando um novo sistema partidário, o bipartidarismo, que durou até o fim de 1979, caracterizando-se pela existência de um partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e de um partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No presente artigo, pretende-se analisar o processo de organização e a trajetória do MDB no Paraná entre os anos de 1965 a 1979, examinando as disputas internas pelo poder e os resultados eleitorais do partido oposicionista no Paraná.

Palavras-chave: MDB; Paraná; ditadura; bipartidarismo; partidos políticos.

ABSTRACT:

In October 1965, through Institutional Act No. 2 (AI-2), the military dictatorship extinguished the political parties and multi-party system in force in the country since 1945, creating a new party system, bipartisanship, which lasted until the end of 1979, characterized by the existence of a governing party called the National Renewing Alliance (ARENA), and an opposition party, the Brazilian Democratic Movement (MDB). This article aims to analyze the process of organization and the trajectory of the MDB in Paraná from 1965 to 1979, examining the internal power struggles and the electoral results of the opposition party in the state of Paraná.

Keywords: MDB; Paraná; dictatorship; bipartisanship; political parties.

1 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq Membro do Grupo de Trabalhos (GT) de História Política da ANPUH-RS e investigador associado à Rede de Pesquisa Direitas, História e Memória. Contato: alessandrobattistella@yahoo.com.br.

Considerações Iniciais

Em 27 de outubro de 1965, a ditadura militar decretou o Ato Institucional nº 2 (AI-2), extinguindo os partidos políticos² e o pluripartidarismo vigente no país desde 1945, implantando um novo sistema partidário com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, que durou até o final de 1979.

Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A organização do grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar. Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas – por meio do Ato Complementar 4 (AC-4), de 20 de novembro de 1965 –, que constituía em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior³ e para o Senado (GRINBERG, 2009, p. 63). No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não foi também uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas

2 Durante o período de vigência do pluripartidarismo inaugurado em 1945, no Paraná os dois partidos políticos mais fortes foram o Partido Social Democrático (PSD), do ex-governador Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi o partido que mais cresceu eleitoralmente no estado entre os anos de 1945-1965. Também tiveram expressão no cenário político paranaense a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Republicano (PR) – do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) – e o Partido Democrata Cristão (PDC), que em 1960 elegeu Ney Braga governador do Paraná. Mais detalhes, ver BATISTELLA (2016).

3 Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores, que passaram a ser eleitos indiretamente. Portanto, as eleições de 3 de outubro de 1965, nas qual foram eleitos os novos governadores de 11 estados, foram as últimas eleições diretas aos governos estaduais. As eleições diretas para os governos estaduais só retornaram em 1982.

pelo AI-1⁴. Assim, os oposicionistas formavam um pequeno e heterogêneo grupo, que reunia desde liberais até comunistas (MOTTA, 2008, p. 96). Além das divergências político-ideológicas, outro fator que dificultava a criação de um partido oposicionista era o fato que este não seria muito atraente para aqueles que buscavam alguma proximidade com o poder (KINZO, 1988, p. 29).

No final de 1965 e início de 1966, ARENA e MDB procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do Ato Complementar 4 (AC-4, decretado em 20 de novembro de 1965), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 (62,8%) deputados federais e 44 (67,7%) senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 (36,5%) deputados federais e 21 (32,3%) senadores (KINZO, 1988, p. 32-35). Portanto, a ARENA praticamente controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos da ditadura.

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA incorporou os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD (cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo), além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com o regime. Por sua vez, o extinto PTB constituiu o principal bloco dentro do MDB, que também recebeu um considerável número de ex-pessedistas.

Durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus diretórios nacionais e estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários. O MDB procurou organizar o seu Diretório Nacional provisório integrando todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação do partido. A partir do Diretório Nacional formou-se a primeira Comissão Executiva Nacional, presidida pelo senador Oscar Passos (ex-PTB/AC) (KINZO, 1988, p. 37).

Acerca do programa do MDB, Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 99-100) observa que o único ponto consensual, responsável pela união efetiva dos parlamentares oposicionistas em torno do MDB foi a defesa do Estado de direito, ou seja, o retorno da democracia, que tornou-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência.

Em 24 de março de 1966, ARENA e MDB foram reconhecidos pelo Tribunal

4 Decretado no dia 9 de abril de 1964, o AI-1 deu início à “Operação Limpeza”, cassando os mandatos de parlamentares (e suspendendo os seus direitos políticos por dez anos) acusados de subversão ou de corrupção. Entre os parlamentares paranaenses cassados pelo AI-1 estavam o senador Amaury de Oliveira e Silva (PTB, ministro do Trabalho de João Goulart), o ex-governador Moysés Lupion (PSD), o deputado federal João Simões (PSD) e os deputados estaduais Waldemar Daros (PTB), Walter Alberto Pecoits (PTB), Leon Naves Bachelos (PTB), Luiz Alberto Dalcanale (PTB) e Almir Moreira Passos (UDN).

Superior Eleitoral (TSE). O MDB foi oficialmente instalado no dia 30 de março de 1966, enquanto a ARENA foi oficialmente instalada no dia seguinte, 31 de março, no aniversário de dois anos da “Revolução de 1964”⁵.

No presente artigo, pretende-se analisar o processo de organização e a trajetória do MDB no Paraná entre os anos de 1965 a 1979⁶, examinando as disputas internas pelo poder e os resultados eleitorais do partido opositor no Paraná.

A gênese do MDB no Paraná e as eleições de 1966

No Paraná, o processo de organização da ARENA foi liderado pelo ex-governador Ney Braga, líder da “revolução de 1964” no estado. Próximo do marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, Ney Braga, que renunciou ao governo estadual, em novembro de 1965, para assumir o Ministério da Agricultura, obteve êxito na tarefa de organizar um forte partido governista no Paraná, atraindo para a ARENA paranaense não somente os políticos alinhados com a “revolução”, mas também cooptando políticos até então opositoristas. Dessa forma, 17 (68%) deputados federais paranaenses ingressaram na ARENA, que contou também com a adesão de dois senadores e de 38 (84,5%) deputados estaduais. No entanto, a história da ARENA paranaense seria marcada por sucessivas crises internas, sobretudo com a disputa entre Ney Braga e Paulo Pimentel (eleito governador em 1965⁷) pelo controle do partido.

QUADRO 1: ALINHAMENTO DOS PARLAMENTARES PARANAENSES À ARENA E AO MDB (1965-1966)

	Senado	Câmara dos Deputados	Assembleia Legislativa
ARENA	2 (66,6%)	17 (68%)	38 (84,5%)
MDB	1 (33,3%)	8 (32%)	5 (11,1%)
Não filiados			2 (4,4%)
Total	3 (100%)	25 (100%)	45 (100%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

5 Convém ressaltar que, na época, os golpistas civis e militares chamaram o golpe de 1964 de “revolução” e o governo ditatorial instituído a partir 1964 de “revolucionário”.

6 Para maiores detalhes acerca do bipartidarismo no Paraná, ver BATISTELLA (2019).

7 Nas eleições de 3 de outubro de 1965, Ney Braga conseguiu eleger o seu sucessor, Paulo Pimentel, então secretário da Agricultura, que derrotou o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

QUADRO 2: FILIAÇÃO À ARENA E AO MDB PARANAENSES (1965-1966): ORIGEM PARTIDÁRIA

Partidos Extintos	Câmara dos Deputados			Assembleia Legislativa			
	ARENA	MDB	Total	ARENA	MDB	Não filiados	Total
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	2	7	9	7	5	—	12
Partido Social Democrático (PSD)	7	—	7	7	—	—	7
União Democrática Nacional (UDN)	5	—	5	7	—	1	8
Partido Democrata Cristão (PDC)	2	1	3	12	—	—	12
Partido de Representação Popular (PRP)	1	—	1	1	—	1	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	—	—	—	2	—	—	2
Partido Republicano Trabalhista (PRT)	—	—	—	1	—	—	1
Partido Republicano (PR)	—	—	—	1	—	—	1
Total	17	8	25	38	5	2	45

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Por sua vez, a organização do MDB paranaense encontrou grandes dificuldades, sobretudo pelo número reduzido de parlamentares (um senador, oito deputados federais e cinco deputados estaduais)⁸. Assim, coube aos trabalhistas (que não foram cassados ou cooptados) e aos poucos dissidentes do PDC e do PSD (que possuíam uma posição oposicionista ao ministro Ney Braga e/ou ao governador Paulo Pimentel) o trabalho de organizar o partido oposicionista.

Além do número reduzido de parlamentares, o partido também vivenciou algumas divergências internas durante o seu processo de formação, como a forte oposição ao nome do senador Nelson Maculan para presidir a Executiva estadual. Desgastado politicamente, o ex-presidente do PTB paranaense não encontrou respaldo entre os ex-petebistas. Desse

8 Inicialmente ingressaram no MDB do Paraná o senador Nelson Maculan (ex-PTB); os deputados federais Renato Celidônio (ex-PTB), Miguel Buffara (ex-PTB), Antônio Baby (ex-PTB), Fernando da Gama e Souza (ex-PTB), Wilson Chedid (ex-PTB), Antônio Annibelli (ex-PTB), Petrônio Fernal (ex-PTB) e José Richa (ex-PDC); os deputados estaduais Joaquim Néia de Oliveira (ex-PTB), Silvino Lopes de Oliveira (ex-PTB), Eurico Batista Rosas (ex-PTB), Percy Schreiner (ex-PTB), Orlando Peraro (ex-PTB), além do suplente Sival Martins de Araújo (ex-PSD) e o ex-vice-governador Afonso Alves de Camargo Neto (ex-PDC).

modo, após reunião realizada em Brasília, em 9 de fevereiro de 1966, o deputado Miguel Buffara foi escolhido presidente da primeira Comissão Executiva do MDB do Paraná⁹.

Em agosto de 1966, o MDB paranaense homologou as candidaturas de Nelson Maculan – que concorreria à reeleição – e Afonso Alves de Camargo Neto ao Senado e dos candidatos a deputado federal e estadual. No entanto, nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1966, o MDB do Paraná elegeu apenas cinco deputados federais e oito deputados estaduais, enquanto a ARENA elegeu Ney Braga ao Senado, além de 20 deputados federais e 37 deputados estaduais.

Em nível nacional, a ARENA ampliou ainda mais o número de cadeiras em relação ao MDB. Para o Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB. Na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 277 deputados contra 132 do MDB. Portanto, a ARENA detinha 67,7% das cadeiras contra 32,2% do MDB (KINZO, 1988, p. 74).

Após as eleições parlamentares de novembro de 1966, começou a ecoar no MDB do Paraná a tese da renovação da Executiva estadual, sobretudo em virtude da não reeleição de vários membros da atual Executiva, incluindo o presidente Miguel Buffara. Assim, a ideia de uma renúncia coletiva da Executiva emedebista começou a ganhar força e foi confirmada após a reunião do diretório estadual, realizada em 30 de janeiro de 1967¹⁰.

A partir de fevereiro, a disputa pela presidência do partido concentrou-se entre os deputados federais Renato Celidônio e Léo de Almeida Neves. Na convenção estadual do MDB, realizada no dia 18 de março de 1967, Renato Celidônio derrotou Léo de Almeida Neves por apenas 5 votos de diferença e foi eleito presidente do MDB do Paraná¹¹. Porém, convém ressaltar que a disputa pela presidência do MDB paranaense trouxe à tona antigas rivalidades do extinto PTB paranaense: enquanto o grupo liderado por Léo de Almeida Neves possuía um forte vínculo com a ideologia trabalhista e com a antiga ala nacionalista e reformista do PTB, o grupo capitaneado por Renato Celidônio aglutinava ex-petebistas vinculados à antiga ala conservadora do partido e homens oriundos de outros partidos políticos do pré-AI-2.

No que tange à atuação na Assembleia Legislativa, os deputados estaduais emedebistas empreenderam, sobretudo a partir do segundo semestre de 1967, uma forte oposição ao governador Paulo Pimentel. Ademais, um dos temas que mais repercutiram no interior do MDB paranaense nos últimos meses de 1967 foi a organização da Frente Ampla no Paraná.

9 *Gazeta do Povo*, 11 fev. 1966, p. 3.

10 *Gazeta do Povo*, 31 jan. 1967, p. 3.

11 *Gazeta do Povo*, 19 mar. 1967, p. 3.

A relação do MDB paranaense com a Frente Ampla (1966-1968) e as eleições municipais de 1968 no Paraná

Carlos Lacerda, um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964 e que ambicionava chegar à presidência da República, rompeu com o marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco a partir do momento que viu as suas pretensões serem ceifadas, sobretudo a partir do AI-2 e com o estabelecimento das eleições indiretas à presidência da República¹². Após o AI-2, Lacerda optou em não ingressar na ARENA e tentou articular a criação de um terceiro partido, denominado Partido da Renovação Democrática (PAREDE), que teve o seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral em maio de 1966.

A partir do segundo semestre de 1966, Lacerda ingressou definitivamente ao lado das forças oposicionistas e passou a ser um dos principais articuladores de um movimento de oposição à ditadura denominado Frente Ampla, que aglutinaria Carlos Lacerda e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart contra o regime. Porém, enquanto os contatos entre Lacerda e JK (em autoexílio em Lisboa) avançavam, o entendimento entre Lacerda e Jango (exilado no Uruguai) revelou-se mais difícil.

A Frente Ampla nasceu oficialmente no dia 28 de outubro de 1966 por meio de um Manifesto assinado por Carlos Lacerda e publicado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, do jornalista Hélio Fernandes. Posteriormente, em novembro, Lacerda viajou a Lisboa para encontrar JK. O encontro, realizado no dia 19 de novembro de 1966, resultou na divulgação de uma nota conjunta conhecida como Declaração de Lisboa.

Após a formalização da aliança Lacerda-JK, por meio da Declaração de Lisboa, alguns parlamentares lacerdistas e juscelinistas iniciaram os trabalhos para angariar adesões junto aos deputados e senadores em Brasília. No Paraná, o primeiro a aderir à Frente Ampla foi o deputado federal arenista Jorge Khury, amigo de Carlos Lacerda e opositor de Castelo Branco. Porém, a Frente Ampla não conseguia encorpar-se, sobretudo porque a maioria dos emedebistas desconfiava que Lacerda estivesse usando o movimento para fortalecer a sua candidatura à presidência da República.

No entanto, a partir de setembro de 1967, a Frente Ampla intensificou as conversações para angariar a adesão de João Goulart, que ingressou oficialmente ao movimento após reunir-se com Lacerda em Montevideu. Esse encontro resultou na divulgação, em 25 de setembro de 1967, do Pacto de Montevideu (DELGADO, 2013, p. 175-178). A entrada de João Goulart na Frente Ampla revigorou o movimento, impulsionando a adesão dos trabalhistas. Embora o senador Oscar Passos (presidente nacional do MDB) oferecesse resistência, a Executiva

12 As desavenças entre Lacerda e Castelo Branco tiveram início em julho de 1964, com o adiamento das eleições presidenciais de outubro de 1965 para outubro de 1966 e a consequente prorrogação do mandato presidencial de Castelo Branco.

nacional do MDB, embora não declarasse apoio oficial à Frente Ampla, liberou o ingresso dos emedebistas ao movimento.

No Paraná, o deputado federal Léo de Almeida Neves (ex-petebista e amigo de Jango) foi o primeiro emedebista a declarar a sua adesão à Frente Ampla, no início de outubro de 1967. Além do deputado emedebista, a Frente Ampla no Paraná contava com o apoio do deputado federal Jorge Khury e do senador Adolpho de Oliveira Franco, ambos da ARENA paranaense.

Enquanto a ARENA do Paraná adotava uma forte oposição à Frente Ampla, o movimento dividia opiniões dentro do MDB paranaense. Contudo, sob a liderança de Léo de Almeida Neves, a Frente Ampla foi conquistando adeptos dentro do MDB do Paraná, que, após uma convenção realizada em 18 de novembro de 1967, aprovou o seu ingresso na Frente Ampla, tornando-se o primeiro diretório emedebista do país a apoiar, oficialmente e publicamente, o movimento¹³.

A partir do final de janeiro de 1968, a imprensa paranaense passou a noticiar que a Frente Ampla pretendia realizar uma série de comícios pelo país, iniciando os atos no Paraná. A decisão, segundo Renato Celidônio, seria um reconhecimento ao MDB paranaense por ter sido o primeiro diretório estadual emedebista a aderir oficialmente ao movimento¹⁴. Posteriormente, a partir de fevereiro, a imprensa noticiou que um dos primeiros comícios da Frente Ampla seria realizado em Maringá, cidade onde Renato Celidônio residia e concentrava a sua base política¹⁵.

Contudo, o primeiro comício da Frente Ampla não foi realizado no Paraná, mas na cidade de São Caetano do Sul, na região do ABC paulista, no dia 23 de março de 1968, que contou com a presença de cerca de três mil pessoas. Posteriormente, Carlos Lacerda e a caravana da Frente Ampla (da qual integravam Renato Archer, Mário Covas, Jorge Khury, Renato Celidônio, Léo de Almeida Neves, José Richa, entre outros) chegaram ao Paraná no dia 29 de março, um dia após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, baleado pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro, o que catalisou uma série de protestos estudantis em todo o país. Nesse clima de tensão política, Carlos Lacerda e a caravana da Frente Ampla chegaram a Londrina, onde se incorporaram à comitiva todos os deputados estaduais do MDB paranaense. À noite, Lacerda ministrou uma conferência aos estudantes londrinenses¹⁶. No dia seguinte, 30 de março, Lacerda e os frentistas se deslocaram a Maringá, onde, à noite, ocorreu o grande comício da Frente

13 *O Estado do Paraná*, 19 nov. 1967, p. 3.

14 *O Estado do Paraná*, 30 jan. 1968, p. 1.

15 *Gazeta do Povo*, 15 fev. 1968, p. 3.

16 *Gazeta do Povo*, 30 mar. 1968, p. 3.

Ampla, que reuniu cerca de oito mil pessoas, apesar da forte chuva¹⁷.

No dia 30 de março, mesmo dia em que ocorreu o comício em Maringá, a ditadura militar havia proibido as manifestações estudantis, inclusive autorizando a repressão. Porém, os estudantes foram às ruas em todo o país protestar, sendo reprimidos violentamente. No dia 2 de abril, Lacerda divulgou um manifesto apoiando o movimento estudantil e criticando a violência policial¹⁸.

No dia 4 de abril, o público que compareceu à missa de sétimo dia de Edson Luís, na igreja da Candelária, foi violentamente espancado pela polícia nas ruas do Rio de Janeiro. Temendo que as manifestações estudantis pudesse se somar à Frente Ampla, a ditadura, no dia 5 de abril de 1968, publicou a portaria nº 177, proibindo qualquer manifestação da Frente Ampla, ameaçando os responsáveis de prisão e processos baseados na Lei de Segurança Nacional.

Além das repercussões da crise política e militar e das manifestações estudantis, a ARENA e o MDB paranaenses também voltaram às suas atenções às eleições municipais de novembro de 1968, dedicando-se, assim, principalmente à organização dos seus diretórios no interior do Paraná.

Nas eleições municipais, ocorridas em 15 de novembro de 1968 em 205 municípios do Paraná, a ARENA conquistou a prefeitura em 182 municípios, enquanto o MDB venceu em apenas 23 cidades, dentre as quais Londrina e Maringá. Portanto, a ARENA obteve 88,8% das prefeituras, enquanto o MDB apenas 11,2%.

Em virtude do AI-3 (de 5 de fevereiro de 1966), os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores. Dessa forma, em 1968 ocorreu em Curitiba a eleição para a Câmara de Vereadores, cujo resultado apontou uma supremacia da ARENA, que elegeu 14 vereadores contra sete do MDB¹⁹, garantindo ao prefeito nomeado Omar Sabbag o apoio de 66,6% da Câmara de Vereadores à sua administração.

O AI-5 e as cassações de parlamentares do MDB paranaense

A partir do final de 1967, capitaneado pela Frente Ampla, a oposição ao governo Costa e Silva começou a ganhar volume. Porém, a proibição da Frente Ampla, em abril de 1968, não estancou o crescente movimento oposicionista à ditadura, caracterizado pela intensificação do movimento estudantil, pela eclosão de movimentos grevistas e pelas críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas. Dessa forma, desde o final de março de 1968, o país passou a viver sob a ameaça da decretação do Estado de sítio e do

17 *Diário do Paraná*, 2 abr. 1968, p. 5.

18 *Gazeta do Povo*, 3 abr. 1968, p. 3.

19 *O Estado do Paraná*, 20 nov. 1968, p. 7.

fechamento do regime. No final do ano, a ameaça se concretizou com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro.

O AI-5 acentuou ainda mais o caráter ditatorial do regime que havia iniciado em 1964, dando amplos poderes discricionários, por tempo ilimitado, ao general-presidente, que poderia legislar por decreto, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar. O AI-5 ainda previa outras medidas autoritárias, como, por exemplo, a suspensão do *habeas corpus* e o julgamento de crimes políticos em tribunais militares sem direito a recurso. Composto por 12 artigos, o AI-5 representou a amplificação do recurso à repressão (que já vinha sendo praticada e estruturada desde 1964) a qualquer movimento de oposição à ditadura, uma vez que se tornou um instrumento punitivo a ser utilizado a qualquer momento e contra quem quer que fosse considerado inimigo do regime.

No final da noite do dia 13 de dezembro, o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva anunciou, em cadeia de rádio e televisão, a decretação do AI-5 e do AC-38, que decretou o recesso do Congresso por tempo indeterminado²⁰. Posteriormente, no dia 20 de dezembro de 1968, a ditadura decretou o AC-39, que regulamentava as cassações de mandatos, aposentadorias, demissões e suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Assim, no dia 30 de dezembro teve início à série de cassações, que atingiram Carlos Lacerda e 11 deputados federais que foram vinculados à Frente Ampla (DELGADO, 2013, p. 212-216).

Até o final de 1969 foram cassados 98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB (AZEVEDO; RABAT, 2012). Portanto, o principal alvo foi o MDB, cujas cassações reduziram em cerca de 50% a sua bancada na Câmara dos Deputados. Além de senadores e deputados federais, o AI-5 também cassou inúmeros deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

No dia 16 de janeiro de 1969 foram cassados dois senadores, três ministros do Supremo Tribunal Federal, um ministro do Supremo Tribunal Militar e 33 deputados federais, entre eles Jorge Khury, da ARENA paranaense, que foi cassado em virtude da sua forte relação pessoal com Carlos Lacerda e por ter sido um dos líderes da Frente Ampla no Paraná. Aliás, ressalta-se que os dois senadores e a maioria dos deputados cassados em janeiro tiveram vínculos com a Frente Ampla.

No dia 7 de fevereiro de 1969 foram cassados mais dois senadores e 30 deputados federais, entre eles Renato Celidônio, presidente do MDB paranaense e um dos líderes da Frente Ampla no Paraná. Neste mesmo dia, por meio do AC-47, o governo decretou

20 O Congresso ficou em recesso de dezembro de 1968 a outubro de 1969. Foi a segunda vez que o Congresso foi fechado pela ditadura militar, pois o marechal-presidente Castelo Branco, em 20 de outubro de 1966, por meio do AC-23, decretou o recesso do Congresso, que permaneceu fechado até 22 de novembro de 1966.

o recesso das Assembleias Legislativas de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Guanabara, de Pernambuco e de Sergipe. Posteriormente, no dia 27 de fevereiro de 1969, por meio do AC-49, foi decretado o recesso das Assembleias de Goiás e do Pará. Essas sete Assembleias Legislativas ficaram em recesso por mais de um ano.

No dia 13 de março de 1969 ocorreram novas cassações, atingindo três deputados federais e 92 deputados estaduais. Entre os cassados estavam cinco paranaenses, dentre eles o deputado federal Léo de Almeida Neves, um dos líderes do MDB paranaense e da Frente Ampla no Paraná. Os outros quatro parlamentares paranaenses cassados foram os deputados estaduais Jacintho Simões e Lázaro Servo, ambos do MDB, e os arenistas Aníbal Khury e Miran Pirih. Aníbal Khury – secretário geral da ARENA paranaense e irmão do deputado federal cassado Jorge Khury – era próximo de Carlos Lacerda. Por sua vez, Lázaro Servo foi cassado sob a acusação de corrupção, enriquecimento ilícito e estelionato. Já os motivos que levaram às cassações de Jacintho Simões e Miran Pirih não foram evidenciados.

No dia 29 de abril de 1969, uma nova série de cassações atingiram 15 deputados federais e 59 deputados estaduais, entre os quais três deputados estaduais paranaenses: o emedebista Sinval Martins de Araújo e os arenistas Jorge Miguel Nassar e Miguel Dinizo. Nenhum dos três soube o que motivou as suas cassações.

Em suma, em 1969 foram cassados pelo AI-5 três deputados federais paranaenses e sete deputados estaduais. Como os parlamentares cassados não poderiam ser substituídos pelos suplentes, a Assembleia Legislativa paranaense passou a ter 38 deputados: 33 da ARENA e cinco do MDB. Assim, o MDB paranaense (assim como ocorreu com o partido em nível nacional) foi duramente atingido pelas cassações impostas pelo AI-5, pois, além de perder 37,5% dos seus deputados na Assembleia estadual, perdeu os seus dois principais líderes: os deputados federais Renato Celidônio e Léo de Almeida Neves.

Presidido provisoriamente pelo deputado estadual Eurico Batista Rosas, o MDB paranaense procurou se reorganizar após o AI-5 e o nome do deputado estadual José Alencar Furtado ganhou força, a partir de junho de 1969, para assumir a presidência do diretório estadual. Dessa forma, Alencar Furtado foi eleito presidente do MDB do Paraná na convenção estadual realizada no dia 1º de outubro de 1969.

O MDB na reabertura do Congresso Nacional (1969-1970): submissão à ditadura

No final de agosto de 1969, o estado de saúde do general-presidente Costa e Silva se agravou em decorrência de uma trombose, que resultou em um derrame²¹. Impossibilitado de governar, no dia 31 de agosto, Costa e Silva foi substituído temporariamente por uma junta

21 Com o estado de saúde debilitado, Arthur da Costa e Silva faleceu em 17 de dezembro de 1969.

militar formada pelos três ministros militares – o general Aurélio Lyra Tavares (ministro do Exército), o almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha) e o brigadeiro Márcio de Souza e Mello (ministro da Aeronáutica) –, que por meio de um Ato Institucional (o AI-12, de 1º de setembro de 1969), “legitimaram” a sua ação. Desse modo, o vice-presidente Pedro Aleixo – considerado suspeito por ter sido o único membro do Conselho de Segurança Nacional a votar contra a decretação do AI-5 – foi impedido pelos militares de assumir a presidência, sendo definitivamente aliado do processo sucessório (SKIDMORE, 1988).

Com as disputas pela sucessão presidencial ameaçando dividir as Forças Armadas, o nome do general Emílio Garrastazu Médici foi escolhido para a sucessão de Costa e Silva. Conforme Thomas Skidmore (1988, p. 211), Médici foi o escolhido porque era o único general de quatro estrelas que podia impedir o aprofundamento da divisão no Exército. Assim, no início de outubro, Emílio Médici é oficialmente anunciado como o futuro general-presidente e o almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha e membro da junta militar) como futuro vice-presidente. Posteriormente, é decretado o AI-16 (de 14 de outubro de 1969), que declarava a vacância da presidência (em virtude do estado de saúde de Costa e Silva) e vice-presidência da República, marcando para o dia 25 de outubro as eleições indiretas no Congresso Nacional.

Dessa forma, após mais de dez meses em recesso, o Congresso voltou a funcionar em 22 de outubro de 1969 para, no dia 25 de outubro, eleger indiretamente o general Emílio Médici presidente da República por 293 votos favoráveis contra 76 abstenções (do MDB)²². O general-presidente Médici foi empossado na presidência da República no dia 30 de outubro de 1969.

Contudo, convém lembrar que o Congresso Nacional retornou às suas atividades significativamente mutilado pelo AI-5, uma vez que foram cassados 98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB, que foi o principal alvo das cassações, tendo a sua bancada na Câmara dos Deputados reduzida em cerca de 50%. Assim, o MDB, no período entre 1969 e 1970, apenas “vegetou” (MOTTA, 2007, p. 288). De fato, após a reabertura do Congresso, o MDB adotou uma postura política demasiadamente moderada e “bem comportada”. Com as principais lideranças oposicionistas e críticas à ditadura cassadas pelo AI-5, a maioria dos emedebistas que retornaram às atividades parlamentares, temendo a cassação, aceitaram passivamente as condições restritivas e o papel que lhes foi originalmente destinado a desempenhar quando da criação do bipartidarismo (KINZO, 1988, p. 129-130).

A postura submissa adotada pelo MDB em 1969-1970 praticamente não o diferenciava da ARENA, pois ambos eram obedientes e dóceis à ditadura. Em virtude disso, nessa época passou a circular uma anedota irônica, na qual o MDB seria o partido

22 *Gazeta do Povo*, 26 out. 1969, p. 1.

do “sim”, enquanto a ARENA seria o partido do “sim senhor”, isto é, os dois partidos se dobravam à vontade do poder, mas a ARENA o fazia com mais servilismo e menos pudor (MOTTA, 2008, p. 97).

O MDB e as eleições de 1970 no Paraná

Em 1970, além das eleições parlamentares, também ocorreram as sucessões dos governos estaduais. Porém, como os governos estaduais eram importantes posições estratégicas no sistema político, o general-presidente Emílio Médici decidiu intervir nas sucessões estaduais de 1970, escolhendo os nomes dos futuros governadores. No Paraná, Médici escolheu o deputado federal arenista Haroldo Leon Peres, vice-líder do governo na Câmara dos Deputados como o próximo governador do estado²³. Desse modo, em outubro de 1970, Haroldo Leon Peres²⁴ foi eleito indiretamente governador do Paraná pela Assembleia Legislativa, recebendo 33 votos (obtendo a unanimidade entre os deputados da ARENA), enquanto os cinco deputados do MDB, em protesto, ou votaram em branco ou não responderam à chamada²⁵.

No mês seguinte ocorreram as eleições parlamentares. Nesse pleito, realizado no dia 15 de novembro de 1970, a ARENA elegeu os dois senadores²⁶, 19 deputados federais e 38 deputados estaduais, enquanto o MDB elegeu quatro deputados federais e nove deputados estaduais. Dessa forma, a ARENA manteve a sua hegemonia no Paraná.

Em nível nacional, o MDB teve uma dura derrota nas eleições de 1970, conseguindo eleger apenas cinco das 46 vagas senatoriais disputadas e 28% das cadeiras na Câmara

23 A escolha de Haroldo Leon Peres foi uma grande surpresa, uma vez que o deputado não era próximo do governador Paulo Pimentel e nem do senador Ney Braga. Contudo, é plausível que Médici tenha escolhido Haroldo Leon Peres visando a enfraquecer politicamente Ney Braga e Paulo Pimentel no Paraná, uma vez que o general-presidente não nutria simpatia pelos dois principais líderes políticos da ARENA paranaense.

24 Entretanto, Haroldo Leon Peres, que assumiu o governo estadual no dia 15 de março de 1971, governou o Paraná por apenas oito meses, renunciando em 22 de novembro de 1971. Acusado de corrupção, Haroldo Leon Peres foi pressionado pelo general-presidente Emílio Médici a renunciar. No dia 23 de novembro de 1971, o vice-governador Pedro Viriato Parigot de Souza assumiu o governo paranaense. No entanto, Parigot de Souza, que lutava contra um câncer, faleceu em 11 de julho de 1973. A partir de então, o deputado estadual arenista João Mansur, presidente da Assembleia Legislativa, assumiu provisoriamente o Executivo paranaense por 30 dias, até que se procedesse a eleição indireta do próximo governador; o deputado federal arenista Emílio Hoffmann Gomes, que assumiu o governo paranaense em agosto de 1973.

25 *O Estado do Paraná*, 4 out. 1970, p. 1 e 8.

26 Foram eleitos senadores João de Mattos Leão e Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, que derrotaram o emedebista José Richa.

dos Deputados²⁷. Aliás, inúmeros líderes emedebistas que concorreram à reeleição não obtiveram êxito, incluindo o presidente nacional do partido, Oscar Passos, que não se reelegeu ao Senado (KINZO, 1988, p. 133-134).

De acordo com a observação de Maria Kinzo (1988, p. 133-134), um dos fatores que contribuíram para a derrota do MDB em 1970 foi o seu comportamento moderado, que contribuiu para o aumento do número de votos brancos e nulos (que chegaram a 30% na eleição para a Câmara dos Deputados, superando os 21% das eleições de 1966). Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 97), a conduta conformista e submissa adotada pelo MDB contribuiu para que setores da sociedade, simpáticos às posturas oposicionistas, preferissem anular os seus votos a dá-lo aos MDB, pois, naquele contexto, muitos achavam que apoiar o MDB era prestar um serviço aos militares (MOTTA, 2007, p. 286). Portanto, os votos brancos e nulos eram, ao mesmo tempo, um protesto contra a ilegitimidade do sistema e uma demonstração de falta de confiança no MDB, considerada tanto quanto a ARENA um produto do autoritarismo (MOTTA, 2008, p. 97).

Ademais, Maria Kinzo (1988, p. 134-135) também aponta outros fatores que ajudam a compreender o fracasso do MDB nas eleições de 1970: a) o controle exercido pelo governo sobre o processo eleitoral por meio da censura e da repressão policial; b) a intensa propaganda governamental, que se utilizava das altas taxas de crescimento econômico geradas pelo chamado “milagre brasileiro²⁸”.

Para o MDB, a derrota eleitoral de 1970 foi maior do que a derrota de 1966, gerando um período de incertezas e de crise interna dentro do partido. Após as eleições, Oscar Passos, que não se reelegeu para o Senado, mostrou-se disposto a renunciar à presidência nacional do MDB, convocando para fevereiro de 1971 uma convenção nacional para eleger a nova Executiva nacional. No referido encontro, o deputado federal Ulysses Guimarães (MDB/SP) foi eleito o novo presidente nacional do partido.

A gênese do grupo “autêntico” no MDB

Em fevereiro de 1971, além da ascensão do deputado Ulysses Guimarães à presidência do MDB, o deputado Oscar Pedrosa Horta (MDB/SP) foi indicado como líder da oposição na Câmara dos Deputados. Reeleito com um significativo número de votos,

27 Para o Senado, a ARENA elegeu 41 senadores contra apenas cinco do MDB. Assim, a bancada emedebista no Senado caiu de 19 para sete senadores. Por sua vez, na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 223 (71,9%) deputados federais contra 87 do MDB (28,1%) (KINZO, 1988, p. 74).

28 O “milagre brasileiro” foi amplamente capitalizado pelo general-presidente Emílio Médici, que, utilizando de uma intensa propaganda ufanista – exaltando, por exemplo, o crescimento econômico, as grandes obras do governo, o sesquicentenário da Independência e o tricampeonato da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970 –, angariou elevados índices de popularidade. Mais detalhes, ver FICO (1997).

Pedroso Horta era um dos poucos emedebistas – entre os que não foram cassados – que criticava fortemente a ditadura. Foi em torno da sua liderança que se articulou no MDB um grupo de parlamentares que adotaram uma postura oposicionista mais combativa, sendo conhecidos como “grupo autêntico”, composto basicamente por deputados de primeiro mandato, representando aproximadamente 25% dos parlamentares emedebistas na Câmara Federal (KINZO, 1988, p. 138-141).

Os “autênticos”, que discordavam da orientação moderada imposta pela direção do partido, caracterizavam-se por ser um pequeno grupo dentro do MDB que pretendia fazer uma oposição real, “autêntica”, à ditadura militar e não apenas uma oposição consentida. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2007, p. 290): “[...] parte dos autênticos não tinha perfil de esquerda, eram liberais ou democratas que assumiram atitude de oposição radical ao autoritarismo. A marca principal do grupo não era a afinidade ideológica, mas a atitude aguerrida e corajosa num contexto de extrema repressão”.

Na Câmara dos Deputados, os “autênticos” adotaram uma atuação combativa e os seus discursos ganharam destaque nas tribunas, caracterizadas pelo tripé democracia, nacionalismo e reivindicações sociais (MOTTA, 1997, p. 141). Os “autênticos” também se notabilizaram pela defesa dos direitos humanos, denunciando casos de prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e mortes de opositores da ditadura (PALMEIRA, 2017, p. 55). Entre os deputados que integraram o “grupo autêntico” estavam Oscar Pedroso Horta, Fernando Lyra, Marcos Freire, Francisco Pinto, Lysâneas Maciel, José Freitas Nobre, Nadyr Rossetti, Amaury Muller, Alceu Collares, José Alencar Furtado (presidente do MDB do Paraná), entre outros.

A convenção do MDB paranaense de 1972 e as eleições municipais no Paraná

No MDB do Paraná, a proximidade da convenção estadual do partido catalisou uma disputa entre “moderados” (representados pelo ex-deputado federal José Richa) e “autênticos” (representados pelo deputado federal Fernando da Gama e Souza) pela presidência da Executiva estadual. Entretanto, durante a convenção estadual, realizada no dia 26 de março de 1972, José Richa e Fernando da Gama e Souza optaram em desistir das suas candidaturas. A partir de então, os emedebistas discutiram uma terceira opção, que fosse capaz de unificar o partido, sendo lançado o nome do deputado estadual José Muggiati Filho (que estava na chapa dos “autênticos”), que foi eleito presidente do MDB do Paraná²⁹.

29 *O Estado do Paraná*, 28 mar. 1972, p. 3.

Após o período de convenções partidárias, o MDB mobilizou-se para as eleições municipais de novembro de 1972. No Paraná houve eleições em todos os 288 municípios do estado, sendo que em 276 ocorreram eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Nas outras 12 cidades (Curitiba e 11 municípios incluídos na área de segurança nacional³⁰) houve apenas eleições para vereadores, uma vez que os prefeitos eram nomeados pelo governador.

A ARENA possuía diretórios em todos os municípios paranaenses e concorreu em todas as 288 cidades, apresentando candidatos a prefeitos nas 276 cidades onde aconteceram eleições para o Executivo municipal. Por sua vez, o MDB possuía diretórios em menos de 40% dos municípios paranaenses e concorreu com candidatos a prefeitos em apenas 86 cidades (isto é, em apenas 31,1% dos municípios onde ocorreram eleições a prefeitos). Dessa maneira, em 190 cidades paranaenses (68,9%) a ARENA concorreu sozinha aos Executivos municipais.

Nas eleições municipais, realizadas no dia 15 de novembro de 1972, a ARENA elegeu 245 prefeitos, enquanto o MDB conquistou a prefeitura de 30 cidades³¹, dentre as quais Londrina (com o ex-deputado José Richa), Maringá (com o deputado federal Sílvio Magalhães Barros) e Guarapuava (com o deputado estadual Nivaldo Kruger). Por outro lado, o MDB conquistou 34,9% das prefeituras que disputou e comprovou a sua força política nos municípios de Londrina e Maringá, elegendo novamente os prefeitos das duas principais cidades do norte do estado – que se consolidaram como os principais redutos emedebistas no Paraná.

Para a Câmara de Vereadores de Curitiba, a ARENA elegeu 15 (71,4%) vereadores e o MDB conquistou seis (28,6%) cadeiras. Assim, em comparação ao pleito de 1968, no qual a ARENA elegeu 14 (66,6%) vereadores contra sete (33,3%) do MDB, observa-se que a ARENA apresentou um pequeno crescimento na sua bancada, garantindo ao prefeito nomeado Jaime Lerner contar com a ampla maioria no Legislativo municipal.

Portanto, as eleições municipais de 1972 comprovaram novamente a hegemonia da ARENA no Paraná, uma vez que o partido conquistou 89,1% das prefeituras, enquanto o MDB elegeu prefeitos em 10,9% das cidades paranaenses. Tal situação também ocorreu em nível nacional, com a ARENA conquistando as prefeituras de 87% das cidades e o MDB não apresentando candidatos a prefeito em mais da metade dos municípios do país

30 Por meio da lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os municípios localizados em regiões de fronteira com outros países ou em áreas estratégicas passariam a ser considerados áreas de interesse da Segurança Nacional e, desse modo, os seus prefeitos deveriam ser nomeados pelos governadores, mediante aprovação prévia do presidente da República. No Paraná foram consideradas áreas de segurança nacional 11 municípios: Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena.

31 *O Estado do Paraná*, 22 nov. 1972, p. 8.

onde ocorreram eleições (KINZO, 1988, p. 145). Além do problema estrutural, Maria Kinzo (1988, p. 145) também aponta outro fator que prejudicou o MDB no pleito: o clima repressivo existente nas eleições de 1970 repetiu-se em 1972.

A “anticandidatura” de Ulysses Guimarães à presidência da República

Em junho de 1973, o general-presidente Emílio Médici anunciou o general Ernesto Geisel como o seu sucessor. Por sua vez, o MDB, pela primeira vez, optou em lançar um candidato à sucessão presidencial. Ciente de que não teria nenhuma chance de vitória no pleito indireto, o objetivo do MDB era desenvolver, em âmbito nacional, uma campanha oposicionista para denunciar a farsa das eleições indiretas à presidência da República. Para tais propósitos, o MDB lançou a candidatura de Ulysses Guimarães, que denominou a campanha de “anticandidatura” à presidência (KINZO, 1988, p. 145-146).

A “anticandidatura” do MDB era uma campanha simbólica, na qual negavam a legitimidade das eleições indiretas, criticavam o arrocho salarial e a inflação, além de denunciar a censura e a tortura (SKIDMORE, 1988, p. 302). Apesar das limitações, a “anticandidatura” de Ulysses Guimarães conquistou a simpatia de significativas parcelas da população brasileira e contribuiu para a criação de uma imagem mais positiva para o partido de oposição (KINZO, 1988, p. 148-151).

Entretanto, como era previsível, no dia 15 de janeiro de 1974, o general Ernesto Geisel foi eleito indiretamente presidente da República. Alguns meses após assumir a presidência, em 15 de março de 1974, o general-presidente Geisel anunciou o projeto de distensão política lento, gradual e seguro que visava à institucionalização/constitucionalização das leis de exceção, isto é, a saída da excepcionalidade com a integração dos atos discricionários na Constituição, e não exatamente a redemocratização do país³², pois o projeto de distensão política, lento, gradual e seguro pretendia descomprimir paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização, porém sem abrir mão de “mecanismos de segurança”, ou seja, de instrumentos de repressão, que deveriam ser institucionalizados, comportando garantias básicas de uma passagem negociada, em um futuro incerto, para um governo civil identificado com as “doutrinas revolucionárias” (NAPOLITANO, 2014, p. 234-235; CHIRIO, 2012, p. 173-174).

No que tange à composição do governo, Ernesto Geisel nomeou um ministério majoritariamente vinculado ao grupo “castelista-geiselista” (também chamado de

32 Convém ressaltar que o general-presidente Geisel explicitou os limites da distensão, quando declarou, em 1º de agosto de 1975, que não pretendia revogar o AI-5 e o Decreto-Lei nº 477, nem revisar a Lei de Segurança Nacional, nem promulgar a anistia e nem reduzir as prerrogativas do poder Executivo (NAPOLITANO, 2014, p. 247).

“Sorbonne militar”), com destaque para o general Golbery do Couto e Silva para a Casa Civil da Presidência. Geisel também nomeou o senador paranaense Ney Braga para o Ministério da Educação e Cultura. Vinculado ao grupo da “Sorbonne militar” e amigo do general-presidente Ernesto Geisel, Ney Braga consolidava-se como o político de maior influência no Paraná.

Gozando de enorme prestígio, Ney Braga indicou o então vice-governador Jayme Canet Júnior, homem da sua absoluta confiança, para a sucessão estadual indireta de 1974. Em outubro de 1974, Jayme Canet Júnior foi eleito indiretamente governador do Paraná, recebendo os 38 votos da ARENA, enquanto o MDB absteve-se de votar e realizou a leitura de um manifesto, defendendo as eleições diretas³³.

O MDB e as eleições de 1974 no Paraná

Em junho de 1974, foi oficializada a escolha do deputado estadual João Mansur (então presidente da Assembleia Legislativa) como candidato da ARENA paranaense ao Senado. A vitória de Mansur no pleito de novembro de 1974 era considerada como certa e as principais lideranças do MDB paranaense não se interessaram em se candidatar ao Senado por considerarem as chances do partido muito remotas. Dessa forma, o MDB lançou o então desconhecido advogado Francisco Leite Chaves ao Senado. Paraibano radicado no Paraná, Francisco Leite Chaves atuava como advogado do Banco do Brasil em Londrina, o principal reduto emedebista no estado.

Explorando o agravamento da situação socioeconômica nacional e o aumento vertiginoso da inflação em 1974, o MDB dedicou atenção especial à organização da sua campanha eleitoral, sobretudo no rádio e na televisão (Kinzo, 1988, p. 155-156), obtendo, pela primeira vez, um excelente desempenho eleitoral, elegendo 16 senadores contra apenas seis da ARENA³⁴. Na Câmara dos Deputados, o MDB quase duplicou a sua bancada, elegendo 160 deputados federais, enquanto a ARENA elegeu 204 deputados. Ademais, o MDB elegeu a maioria dos deputados estaduais em seis Assembleias³⁵ (KINZO, 1988, p. 74).

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 100-101), alguns fatores explicam os resultados eleitorais de 1974: a) a agressividade do MDB, que adotou posturas críticas mais contundentes; b) o fim do otimismo em relação ao crescimento econômico em

33 *Gazeta do Povo*, 4 out. 1974, p. 3.

34 O MDB elegeu os senadores nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Amazonas e Acre. Por sua vez, a ARENA elegeu os senadores na Bahia, Piauí, Alagoas, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

35 As seis Assembleias Legislativas estaduais que o MDB elegeu a maioria dos deputados foram em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Guanabara, no Rio Grande do Sul, no Amazonas e no Acre (KINZO, 1988, p. 251).

virtude do esgotamento do “milagre econômico”; c) a eficiência do MDB na campanha, utilizando com inteligência a televisão, que, pela primeira vez, teve um papel importante nas disputas eleitorais; d) o fato das eleições terem sido relativamente abertas, com menor índice de repressão desde 1965.

No Paraná, o MDB também alcançou uma expressiva vitória eleitoral, elegendo Francisco Leite Chaves para o Senado, além de 15 deputados federais. Desse modo, a bancada paranaense na Câmara dos Deputados ficou dividida entre MDB (50%) e ARENA (50%). Entretanto, na Assembleia Legislativa do Paraná, apesar de quase ter triplicado o número de cadeiras, elegendo 25 deputados estaduais, o MDB não conseguiu suplantar a ARENA, que elegeu 29 deputados.

O desempenho eleitoral de 1974 consolidou a ascensão de novas lideranças emedebistas, como Francisco Leite Chaves (eleito senador), Álvaro Fernandes Dias (eleito o deputado federal mais votado no Paraná) e Enéas Eugênio Pereira Faria (eleito o deputado estadual mais votado), que se tornaram protagonistas dentro do partido juntamente com o deputado federal José Alencar Furtado e do ex-deputado federal José Richa (eleito prefeito de Londrina em 1972).

Portanto, a vitória eleitoral do MDB em 1974 representou um duro golpe para o governo e um aviso da insatisfação social com a inflação e a carestia. A ditadura militar entraria em crise, desgastada pelo agravamento da crise econômica e pelas manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia.

As disputas pelo comando partidário e a convenção do MDB paranaense de 1975

Com o desempenho eleitoral de 1974 e a perspectiva de êxito nas eleições de 1976 e, sobretudo, de 1978, a unidade do MDB, fundamental para a vitória eleitoral em 1974, passou a ser ameaçada em virtude da eclosão de disputas pelo comando partidário, pois em agosto de 1975 estava prevista a convenção estadual do partido e a eleição do novo diretório e da Comissão Executiva estadual.

Inicialmente, a exemplo do diretório nacional, a tendência era que as disputas entre “autênticos” e “moderados” iria cindir o partido. Entretanto, visando à unidade do partido, o nome do “moderado” Euclides Scalco (suplente do senador Francisco Leite Chaves) passou a ganhar força para assumir a presidência do MDB paranaense, uma vez que Scalco não exercia mandato parlamentar e poderia ser dedicar integralmente ao partido, além de ser visto como um nome capaz de unificar o partido.

Porém, o nome de Euclides Scalco para a presidência do MDB paranaense passou a sofrer a concorrência do deputado estadual Enéas Faria, que almejava a presidência do

diretório estadual. Desse modo, a proposta de uma chapa única para a convenção estadual foi descartada. Além das chapas de Euclides Scalco e Enéas Faria, surgiu uma terceira chapa, liderada pelo deputado federal Osvaldo Buskei. Contudo, Euclides Scalco era o favorito para vencer a disputa, uma vez que contava com o apoio do senador Francisco Leite Chaves, de nove dos 15 deputados federais e de 18 dos 25 deputados estaduais, além dos prefeitos José Richa (Londrina) e Nivaldo Kruger (Guarapuava).

No entanto, às vésperas da convenção estadual, marcada para o dia 24 de agosto de 1975, Enéas Faria e Osvaldo Buskei desistiram da disputa. Sem concorrentes, Euclides Scalco foi eleito presidente da nova Comissão Executiva³⁶ do MDB paranaense.

A Lei Falcão e as eleições municipais de 1976 no Paraná

Após a derrota eleitoral de 1974, o general-presidente Ernesto Geisel passou a priorizar a vitória da ARENA nas eleições municipais de 1976. Visando a enfraquecer o MDB, a ditadura militar arquitetou uma série de mudanças nas regras eleitorais, que ficaram conhecidas como Lei Falcão (em referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, seu idealizador). Promulgada no início de julho, a Lei Falcão (Lei 6.339/76) proibia os candidatos de realizar qualquer tipo de pronunciamento no rádio e na televisão. Desse modo, os partidos poderiam apenas divulgar, nas campanhas eleitorais, os nome, os números e as fotos dos candidatos, acompanhado da leitura dos seus currículos, esvaziando a campanha eleitoral no rádio e na televisão. Portanto, a Lei Falcão foi mais um casuísmo da ditadura, que modificou as regras do jogo eleitoral para silenciar o MDB, que, em 1974, obteve êxito na sua campanha política denunciando a inflação, o arrocho salarial e o agravamento da situação socioeconômica do país.

No Paraná, a ARENA e o MDB mobilizaram-se para as suas convenções municipais e para as campanhas eleitorais durante o ano de 1976, uma vez que houve eleições em todos os 290 municípios paranaenses, sendo que em 278 ocorreram eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Nas outras 12 cidades (Curitiba e 11 municípios incluídos na área de segurança nacional) houve apenas eleições para vereadores, uma vez que os prefeitos eram nomeados pelo governador.

Para o pleito de 1976, o MDB paranaense empreendeu um grande esforço para organizar diretórios em todos os municípios do estado. Se em 1972 o MDB contava com diretórios em menos de 40% dos municípios do Paraná, em 1976 os emedebistas contavam com 274 diretórios municipais, isto é, em mais de 90% das cidades paranaenses. Por sua

36 Em maio de 1977, o governo prorrogou automaticamente por mais dois anos os mandatos das Executivas nacionais, estaduais e municipais dos partidos políticos. Dessa forma, a Comissão Executiva do MDB paranaense, eleita em agosto de 1975, exerceu as suas funções até a convenção estadual de outubro de 1979.

vez, na ARENA do Paraná possuía diretórios municipais em todos os 290 municípios do estado.

Os resultados das eleições municipais, realizadas no dia 15 de novembro de 1976, foram favoráveis à ARENA, que elegeu a maioria dos prefeitos e vereadores em todo o país. No Paraná, o partido, elegeu 233 (83,8%) prefeitos, enquanto o MDB conquistou a prefeitura de 45 (16,2%) cidades, dentre elas Londrina (o seu principal reduto eleitoral, com o deputado federal Antônio Casemiro Belinati) e Ponta Grossa (com o deputado estadual Luiz Carlos Stanislawzuk). Entretanto, apesar da ampla vantagem da ARENA, o MDB obteve um crescimento eleitoral em relação às eleições municipais de 1972, quando o partido elegeu 30 prefeitos. O MDB também conseguiu dobrar a sua representação nos legislativos municipais, elegendo 858 vereadores em todo o Paraná, contra 1945 vereadores arenistas. Em Curitiba, a ARENA elegeu 12 vereadores e o MDB elegeu nove³⁷.

O “Pacote de Abril” e a cassação de José Alencar Furtado

Após as eleições parlamentares de 1974, o MDB passou a deter 44% da representação na Câmara dos Deputados e 30% do Senado. Embora permanecesse como minoria, esta representação deu ao partido a possibilidade de vetar projetos de emendas constitucionais propostos pelo governo, que necessitavam ser aprovados por dois terços dos parlamentares. Assim, as emendas constitucionais propostas pelo general-presidente Ernesto Geisel somente seriam aprovadas se contassem com algum apoio do MDB (KINZO, 1988, p. 163).

No início do novo período legislativo, em março de 1975, o MDB posicionou-se pela defesa dos direitos humanos e solicitou a presença do ministro Armando Falcão na Câmara dos Deputados para prestar informações sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos. Como o tema da violação dos direitos humanos e da repressão era tratado pela ditadura como “território proibido”, a temperatura política no Congresso entrou em ebulição e o governo incumbiu a ARENA de bloquear qualquer iniciativa do MDB. Ademais, o governo passou a “denunciar” o apoio do PCB a alguns candidatos emedebistas eleitos em 1974, acusando o partido de estar acobertando deputados comunistas, em uma tentativa de intimidação ao partido (KINZO, 1988, p. 164-166).

A partir de 1976, o general-presidente Ernesto Geisel utilizou o AI-5 para enquadrar o MDB, cassando os mandatos de deputados emedebistas³⁸. A crise política tornou-se ainda mais acentuada no final do ano, quando o general-presidente Ernesto Geisel enviou ao Congresso um projeto de emenda constitucional para reformar o sistema

37 *Gazeta do Povo*, 20 nov. 1976, p. 1.

38 Em 1976, foram cassados os deputados federais Alberto Marcelo Gatto (MDB/SP), Amaury Muller (MDB/RS), Nadyr Rossetti (MDB/RS) e Lysâneas Maciel (MDB/RJ).

judiciário. Na verdade, o projeto de reforma do Judiciário foi uma espécie de “balão de ensaio” para avaliar a situação e a receptividade à introdução de outras reformas políticas, que seriam mais tarde enviadas ao Congresso, visando ao projeto de institucionalização do regime (KINZO, 1988, p. 176).

No entanto, a posição intransigente do general-presidente Ernesto Geisel em não aceitar negociar levou o MDB a posicionar-se contrário ao projeto, impossibilitando, assim, qualquer chance de que o mesmo fosse aprovado. De fato, no dia 30 de março de 1977, o projeto foi votado no Congresso, recebendo 241 votos a favor e 156 contra, não alcançando o quórum de dois terços necessários para ser aprovado (KINZO, 1988, p. 181).

Em resposta, no dia 1º de abril de 1977, Geisel usou o AI-5 e emitiu o Ato Complementar 102 (AC-102), decretando o recesso do Congresso, fechado pela terceira vez pela ditadura. Durante o recesso do Congresso, que durou 15 dias, Geisel decretou um conjunto de medidas políticas e econômicas sem o debate parlamentar, como a reforma do Judiciário e seis decretos-leis, que se tornaram conhecidas como “Pacote de Abril”. Entre essas medidas estavam: a) derrubada da exigência dos votos de dois terços do Congresso para aprovação dos projetos de emendas constitucionais, que poderiam ser aprovados com a maioria simples, possibilitando que o governo conseguisse aprovar projetos de emendas constitucionais apenas com os votos da ARENA; b) extensão do mandato (de cinco para seis anos) do próximo presidente da República; c) a eleição indireta para um terço das cadeiras no Senado, criando os chamados “senadores biônicos”, garantindo à ARENA 21 cadeiras senatoriais em 1978 (KINZO, 1988, p. 182-183).

No dia 15 de abril de 1977, o Congresso Nacional foi reaberto e o deputado do MDB paranaense José Alencar Furtado, então líder da oposição, discursou criticando duramente o pacote de reformas imposto pelo governo³⁹. Posteriormente, um grupo de parlamentares do MDB propôs uma redefinição da estratégia do partido, defendendo a promoção de uma grande campanha para denunciar a situação política do país e a mobilizar a opinião pública em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte (KINZO, 1988, p. 191). Porém, em maio de 1977, a ditadura congelou momentaneamente o MDB, que novamente foi atingido por uma nova série de cassações, com o deputado do grupo “autêntico” Marcos Tito (MDB/MG). Acusado de ler um discurso no plenário oriundo do jornal *Voz Operária* (do PCB) e de ser porta-voz dos comunistas, Marcos Tito foi cassado pelo AI-5 em 14 de junho de 1977.

Posteriormente, no dia 30 de junho de 1977, foi cassado o deputado do MDB paranaense José Alencar Furtado, vinculado ao grupo dos “autênticos” e líder da oposição na Câmara dos Deputados. No dia 27 de junho, durante um programa do MDB na televisão e no rádio, que obteve um grande índice de audiência, José Alencar Furtado protestou

39 *O Estado do Paraná*, 16 abr. 1977, p. 8.

contra as cassações dos seus colegas de partido e criticou a repressão e o desaparecimento de presos políticos.

Impactado com as medidas casuísticas do “Pacote de Abril” e com as cassações de Marcos Tito e José Alencar Furtado, o MDB realizou a convenção nacional em 14 de setembro de 1977. Durante a convenção, o MDB decidiu adotar definitivamente o tema da defesa pela Constituinte, além de posicionar-se contrário à proposta de diálogo com o governo e pela defesa da anistia política⁴⁰. Após a convenção, o MDB lançou oficialmente a campanha pela Constituinte no dia 20 de setembro. No Paraná, a campanha teve início por meio de um forte discurso do deputado estadual Trajano Bastos de Oliveira (do grupo “autêntico”) na Assembleia⁴¹.

Entretanto, as chances de êxito da campanha do MDB por uma Constituinte eram nulas, pois o partido foi proibido de realizar na televisão e no rádio qualquer menção à campanha, assim como também de realizar comícios sobre o tema. Desse modo, a campanha da Constituinte – duramente criticada pelos arenistas – limitou-se a discursos parlamentares no Congresso e nas Assembleias estaduais e à publicação de um Manual do Constituinte, que explicava em linguagem simples à população o que significava uma Assembleia Nacional Constituinte. Assim, no final de 1977, a campanha pela Constituinte já havia morrido, tornando-se apenas mais um item na agenda do partido (KINZO, 1988, p. 194-195).

A crise da ditadura militar, as reformas políticas e as eleições de 1978 no Paraná

Durante o governo Geisel, as manifestações pelo retorno à democracia ganharam volume, sobretudo a partir de 1977, aglutinando um significativo número de políticos liberais, políticos de esquerda, profissionais liberais, empresários, setores da Igreja católica, intelectuais, professores, estudantes e movimentos sociais numa frente oposicionista que contribuiu para o desgaste da ditadura militar.

Dessa forma, paralelamente ao projeto de distensão política, lento, gradual e seguro (que pretendia descomprimir paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização), o general-presidente Ernesto Geisel, pressionado por significativos setores da sociedade civil, precisou rever o projeto inicial de distensão política, no qual não pretendia abrir mão do AI-5. Desse modo, após as negociações empreendidas com representantes da sociedade civil, o governo encaminhou ao Congresso, no final de junho de 1978, um projeto de emenda constitucional que propunha a restauração

40 *Gazeta do Povo*, 15 set. 1977, p. 1 e 7.

41 *Gazeta do Povo*, 21 set. 1977, p. 6.

do *habeas corpus*, a revogação do AI-5, a inviolabilidade para o mandato parlamentar, garantias constitucionais para a magistratura, o retorno do Estado de sítio, a criação do Estado de emergência para condições especiais, a elegibilidade dos políticos cassados e o estabelecimento do pluripartidarismo⁴².

Embora atendesse algumas das reivindicações da sociedade civil, o projeto – que foi amplamente criticado pelo MDB – ainda estava longe de introduzir mudanças substanciais no regime, pois no lugar do AI-5 seriam introduzidas as “salvaguardas do regime” (denominadas pela oposição de “entulho autoritário”), assegurando ao presidente o uso de mecanismos constitucionais para combater “ações subversivas, rebeliões e de ameaças à segurança nacional” (KINZO, 1988, p.195-196).

Em 20 e 21 de setembro de 1978, depois de quase três meses de negociações, o projeto de emenda constitucional que tratava das reformas políticas foi aprovado no Congresso. Com as reformas políticas – que passariam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979 –, o AI-5 seria extinto após 10 anos de vigência. No entanto, manteve-se uma série de medidas restritivas (as “salvaguardas do regime”), acrescida de uma nova Lei de Segurança Nacional, que passou a vigorar no final de dezembro de 1978.

Portanto, com as reformas políticas de 1978, o general-presidente Ernesto Geisel “institucionalizava o regime”, integrando à Constituição as “salvaguardas”. Entretanto, os temas do retorno do pluripartidarismo e da anistia política foram deixados para o futuro general-presidente João Batista Figueiredo, eleito indiretamente em 15 de outubro de 1978⁴³. Um mês antes, em setembro de 1978, ocorreram as eleições indiretas para os governos estaduais e dos “senadores biônicos”. No Paraná, o ministro Ney Braga foi indicado pelo general-presidente Geisel como candidato da ARENA, sendo eleito indiretamente governador. Nesse mesmo pleito indireto, Afonso Alves de Camargo Neto (então presidente da ARENA paranaense) foi eleito “senador biônico”.

Para as eleições parlamentares de 1978, José Richa e o deputado estadual Enéas Faria foram lançados como candidatos do MDB ao Senado, enfrenando o deputado federal Odilon Túlio Vargas, candidato da ARENA paranaense. Nas eleições realizadas em 15 de novembro de 1978, o MDB elegeu José Richa ao Senado, 15 deputados federais e 24 deputados estaduais, enquanto a ARENA elegeu 19 deputados federais e 34 deputados estaduais. Assim, o futuro governador Ney Braga governaria com o apoio da maioria da Assembleia Legislativa.

42 *Gazeta do Povo*, 24 jun. 1978, p. 1.

43 O general João Batista Figueiredo foi eleito indiretamente presidente da República, recebendo 355 votos da ARENA, enquanto o general Euler Bentes recebeu 226 votos do MDB. Houve ainda oito abstenções (CHIRIO, 2012, p. 207).

QUADRO 3: RESULTADOS ELEITORAIS DAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES NO PARANÁ (1966-1978)

Eleição	Senado		Câmara dos Deputados		Assembleia Legislativa	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
1966	1	_____	20 (80%)	5 (20%)	37 (82%)	8 (18%)
1970	2	_____	19 (82,6%)	4 (17,4%)	38 (80,8%)	9 (19,2%)
1974	_____	1	15 (50%)	15 (50%)	29 (53,7%)	25 (46,3%)
1978	1 (indireto)	1	19 (55,9%)	15 (44,1%)	34 (58,6%)	24 (41,4%)

Fonte: quadro elaborado pelo autor a partir dos dados de IPARDES (1989).

Em nível nacional, a ARENA elegeu 15 senadores contra oito do MDB⁴⁴ e obteve 55% da representação na Câmara Federal. Além disso, a ARENA também já havia garantido um terço do Senado por meio das eleições indiretas (os “senadores biônicos”, eleitos em setembro), o que garantiu ao governo a maioria no Congresso (KINZO, 1988, p. 201-202).

A reforma político-partidária de 1979 e o fim do bipartidarismo

Ao assumir a presidência da República, em 15 de março de 1979, o general-presidente João Batista Figueiredo deu continuidade ao projeto de distensão política lenta, gradual e segura, que passou a ser chamado de “abertura”. Dessa forma, os primeiros meses do governo Figueiredo foram marcados pelos debates acerca da anistia política e da reforma político-partidária que determinaria o fim do bipartidarismo.

Porém, a ditadura militar impôs uma lei de anistia parcial (que excluía os presos políticos e exilados considerados “terroristas”⁴⁵) e recíproca (que abrangia também os agentes da repressão, visando a evitar o julgamento de militares e civis acusados por violações de direitos humanos e assassinatos), que foi aprovado no Congresso no dia 22 de agosto de 1979.

Em seguida, a ditadura dedicou-se à reforma político-partidária, visando ao retorno do pluripartidarismo e, sobretudo, à fragmentação da oposição reunida no MDB. Entretanto, a reforma não ameaçava apenas desintegrar o MDB, mas também a própria ARENA, uma vez que o partido governista estava longe de ser unido e coeso. Desse modo, a ditadura procurou concentrar seus esforços em garantir que o partido governista não se

44 Além do Paraná, o MDB venceu as eleições para o Senado em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Paraíba.

45 No entanto, na prática, estes presos políticos acabaram sendo libertados por outros recursos jurídicos, como revisões de pena e indultos (NAPOLITANO, 2014, p. 299).

fragmentasse, preservando a sua base parlamentar (KINZO, 1988, p. 205-206).

Assim, a partir de maio de 1979, o general-presidente João Batista Figueiredo, Petrônio Portella (ministro da Justiça) e o senador José Sarney (presidente nacional da ARENA) passaram a articular para que a reforma político-partidária prevísse a extinção dos dois partidos existentes, mas sem causar nenhum efeito negativo ao governo, garantindo a maioria parlamentar com a formação de um novo partido governista, inicialmente apelidado de “ARENÃO”⁴⁶.

Paralelamente às discussões acerca da reforma político-partidária, o MDB, ao contrário da ARENA, optou em não adiar as convenções partidárias previstas para 1979, agendando as convenções municipais para agosto, as convenções estaduais para outubro e a convenção nacional para o início de novembro. No Paraná, no que tange à convenção estadual, os deputados federais Sebastião Rodrigues de Souza Júnior (aliado do ex-deputado federal José Alencar Furtado) e Álvaro Fernandes Dias (aliado do senador José Richa) lançaram-se como candidatos à presidência do diretório estadual. Na convenção estadual do MDB do Paraná, realizada no dia 14 de outubro de 1979, Sebastião Rodrigues de Souza Júnior foi eleito presidente do MDB paranaense, vencendo por apenas nove votos de diferença⁴⁷.

Contudo, o projeto governamental de reforma político-partidária foi encaminhado no dia 18 de outubro de 1979 ao Congresso, prevendo o fim do bipartidarismo, a dissolução da ARENA e do MDB e contendo as novas normas para a organização dos partidos políticos. Apesar dos protestos do MDB, o projeto de reforma político-partidária foi aprovado no dia 22 de novembro de 1979. Desse modo, ARENA e MDB deixaram de existir como organizações políticas após 13 anos de limitada participação no sistema político implantado pela ditadura militar.

Com o fim do bipartidarismo e o retorno ao pluripartidarismo foram organizados novos partidos políticos em 1980, como o Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB; o Partido Popular (PP), organizado por emedebistas “moderados” e dissidentes da ARENA; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

46 *Gazeta do Povo*, 15 maio 1979, p. 7.

47 *Gazeta do Povo*, 16 out. 1979, p. 6.

Considerações Finais

Os esforços do MDB/PMDB paranaense em manter unida a oposição não impediram a perda de parlamentares, que optaram em vincular-se ao PTB, ao PP e mesmo ao PDS. Ademais, as articulações para a organização do PMDB paranaense revelaram as rivalidades entre os grupos liderados pelo ex-deputado federal José Alencar Furtado e pelo senador José Richa, que disputavam o controle do partido. No entanto, um pacto entre ambos garantiu um período de trégua e de atuação conjunta no processo de formação do partido oposicionista no Paraná, que passou a ser presidido pelo deputado estadual Waldir Pugliesi.

Nas eleições de 1982, o desgaste da ditadura militar e do seu partido (PDS) e a grave crise econômica e inflacionária foram importantes fatores que contribuíram para a vitória da oposição em vários estados do país. No Paraná, após 17 anos, os paranaenses voltaram a escolher, por meio do voto direto, o governador do estado, elegendo o pemedebista José Richa, que derrotou Saul Raiz (PDS). Para o Senado, o pemedebista Álvaro Dias derrotou Ney Braga. A vitória acachapante do partido oposicionista no Paraná, elegendo também a maioria dos deputados federais e estaduais⁴⁸ e conquistando a maioria das prefeituras e legislativos municipais, representaria o início do predomínio do PMDB no Paraná durante a década de 1980 e início dos anos 1990.

Referências

AZEVEDO, Débora B. de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado: deputados federais casados pela ditadura de 1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Paraná*. Curitiba: UFPR, 2016.

BATISTELLA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1982)*. Curitiba: CRV, 2019.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DELGADO, Márcio de Paiva. *A Frente Ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

48 Na Câmara dos Deputados, o PMDB elegeu 20 deputados federais contra 14 do PDS. Na Assembleia Legislativa, o PMDB elegeu 34 deputados estaduais contra 24 do PDS. Os demais partidos não elegeram nenhum parlamentar.

- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- IPARDES. *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IPARDES, 1989.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 283-303.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PALMEIRA, André Franklin. *O Partido do Brasil: uma história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980-2016)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Fontes: jornais pesquisados

- Correio de Notícias*. Curitiba.
- Gazeta do Povo*. Curitiba.
- O Estado do Paraná*. Curitiba.

Recebido em: 10/04/2020
Aprovado em: 29/05/2023